

INFORME ECONÔMICO

■ GUILHERME BARROS

Audácia e coragem

O pacote anunciado ontem pelo governo não foi recebido com entusiasmo pelo mercado, mas não se pode negar: as medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, um ano antes da reeleição, foram extremamente corajosas. O pacote é mais abrangente do que o do México na crise de 1995 e três vezes superior ao da Argentina de 1996. O mais significativo é que os dois países estavam sofrendo uma ameaça muito pior do que o Brasil agora.

"As medidas foram muito mais duras do que eu esperava", reconheceu o economista Paulo Leme, analista da Goldman Sachs. Não é à toa que suas previsões são de que no ano que vem o superávit primário do Brasil atinja 3% do PIB, um resultado muito superior ao 0,7% do PIB deste ano. O déficit em conta corrente também irá despencar de 4% do PIB para 2,8% do PIB no ano que vem. A inflação também receberá uma forte pancada: o índice cairá de 4% para 3%. O crescimento da economia é que está comprometido. O PIB irá aumentar apenas 0,5% no ano que vem. "Não dá para ganhar todas", diz Paulo Leme.

Mas não foi só a Goldman Sachs que recebeu positivamente o pacote. Os analistas de outros bancos de investimento americanos importantes como JP Morgan e Morgan Stanley aplaudiram a coragem do governo em tomar medidas duras como as que foram anunciadas. No Brasil, especialistas também reagiram bem ao pacote. "As medidas foram bastante ousadas", disse Raul Velloso. "O pacote superou as expectativas. O governo fez o melhor que podia", disse o ex-ministro Máílson da Nóbrega. Até uma parcela da oposição reagiu bem. "Foi um remédio amargo, mas necessário", disse o senador Roberto Freire (PPS-PE).

Pode parecer contraditório o fato de os mercados – os investidores, portanto – não terem refletido com o mesmo otimismo a opinião dos analistas, mas não é. Em primeiro lugar, a crise é mundial. Os investidores ainda têm muitas incertezas em relação ao Sudeste Asiático. Todas as atenções estão voltadas para a Coreia do Sul, Japão e ainda não se desviaram de Hong Kong. Qualquer nova turbulência irá provocar impacto direto nos Estados Unidos e no Brasil. Depois, os investidores – e com toda razão – olham com certa cautela ainda para o Brasil. Afinal, apesar de as medidas serem corajosas e duras, eles sempre fazem duas perguntas: por que só agora e será que são para valer? Há também um terceiro motivo que explica um pouco o ceticismo do mercado. O fato de serem muitas medidas – mais de 50 –, a digestão é mesmo mais lenta.

De qualquer forma, o governo deixou bem claro, no anúncio de ontem, que as medidas seriam para valer. "O mais importante foi a demonstração de firmeza dada pelo governo em defesa do Real", afirmou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. "Se forem necessárias outras medidas, o governo não irá vacilar em tomá-las."

Kandir reconhece que a economia vai desacelerar no ano que vem, mas disse que o governo preferiu não fazer cenários para 1998. O ministro do Planejamento afirmou que o comportamento da economia dependerá muito da reação do setor privado. "As medidas visaram afastar o setor público e abrir mais espaço para a iniciativa privada."

Kandir ressaltou também a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso em promover os cortes. "Ele não hesitou em nenhum momento", disse Kandir. Na opinião de Máílson da Nóbrega, o fato de FH ter aprovado estas medidas mostra um evidente sinal de amadurecimento político do país. "O cálculo do governo foi de que o valor eleitoral da estabilidade é muito maior do que do gasto público", afirmou Máílson.

No passado não tão distante, a inflação pouco importava. As resistências políticas aos pacotes fiscais sempre foram muito grandes. Os ministros da área econômica de diversos governos sempre enfrentaram empecilhos por parte dos políticos em adotar medidas restritivas. O cálculo político do governo, hoje, é de que é muito melhor a sociedade perceber que dentro de três meses a inflação não terá voltado do que o desgaste que o pacote irá gerar no curto prazo. "O governo soube ser criativo para driblar o desastre fiscal que foi a Constituição de 88", disse Máílson.

Previsões da Goldman Sachs

	1997	1998
PIB	3%	0,5%
Inflação	4%	3%
Superávit primário	0,7% do PIB	3% do PIB
Déficit comercial	US\$ 8 bi	US\$ 4 bi
Déficit em conta corrente	4% do PIB	2,8% do PIB
Reservas	US\$ 50 bi	US\$ 50 bi
Desvalorização cambial	7,5%	7,5%

Impacto

Apesar de ser um pacote corajoso, o impacto dele será menor do que o governo anunciou, de acordo com a conta de alguns economistas. O problema é que, dos 2,5% do PIB que significam os R\$ 20 bilhões, é preciso deduzir a elevada conta dos juros e o fato de a arrecadação tributária ser menor com a desaceleração da economia. Por isso, a empresa de consultoria MCM, por exemplo, está prevendo um impacto de apenas 1% do PIB.

Coteminas

Por falar em Bolsa de Nova Iorque, quem está com tudo pronto para ter ações movimentadas lá é a Coteminas, considerada uma das melhores empresas brasileiras. A Coteminas vai anunciar em breve o lançamento de US\$ 100 milhões de um título global, correspondente a uma ADR nível 1, o primeiro degrau para ter acesso à Bolsa de Nova Iorque. Trata-se, sem dúvida, de muita coragem fazer esse lançamento agora, mas não deixa de ser um bom teste para se saber qual é a credibilidade da empresa lá fora.

Sangue

Mesmo com todas as medidas adotadas pelo governo, os grandes especuladores financeiros – aqueles que comandaram os ataques na Ásia e ensaiaram alguns tiros no Brasil – continuam ancorados aqui buscando formas de desembarcar com suas tropas. Os especuladores querem encontrar brechas para fazer seus disparos. Não receberam bem o pacote, é claro, mas ficaram animados com o fato de a privatização da CPFL ter saído com a ajuda de um baita financiamento do BNDES. Os especuladores querem ver sangue para poder atacar o Real.

Visita

Quem estará no Brasil na semana que vem é o presidente da Bolsa de Nova Iorque, Richard Grasso. Ele irá aproveitar a maré de baixa nas bolsas para novamente convidar as grandes empresas brasileiras a se mudarem para Wall Street. O momento até que pode ser propício.

PELO MERCADO

■ Não eram o Planejamento e a Fazenda que estavam defendendo o aumento da CPME, e sim o Banco Central. A ideia não foi aprovada.

■ A primeira versão do pacote foi levada a FH por Kandir na quinta-feira à noite. O martelo só foi batido na reunião de domingo no Palácio da Alvorada.